

OPINIÃO SOCIALISTA



O PAÍS DO FUTURO QUE **NUNCA** CHEGA

O NEOLIBERALISMO SOCIAL OU O AUTORITARISMO
ULTRALIBERAL NÃO ATENDEM OS TRABALHADORES
NEM RESOLVEM OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS DO PAÍS



CRISE NO STF

O sistema dos
ricos escancarado

Pág. 20 a 27

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 5

NOTA

Há 1 ano, Wilson nos deixava, mas continua presente!

Pág. 6 a 10

EDITORIAL

**VAMOS FALAR DE
VOTO ÚTIL?**

Pág. 11 a 19

CENTRAIS

**O PAÍS DO FUTURO QUE
NUNCA CHEGA**

Pág. 20 a 27

BRASIL

**O SISTEMA DOS RICOS
ESCANCARADO**

Pág. 28 a 34

CLASSE TRABALHADORA

**O QUE ESTÁ POR TRÁS DA
QUEBRadeira DAS EMPRESAS?**

Pág. 35 a 39

CLASSE TRABALHADORA

**FIM DA ESCALA 6X1 PARA
ALÉM DO SENADO**

Pág. 40 a 43

OPRESSÃO

**CHEGA DE DISCURSOS,
QUEREMOS PROTEÇÃO!**

Pág. 44 a 48

FORMAÇÃO

**DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE
À REVOLUÇÃO SOCIALISTA:
COMEÇA A COLEÇÃO LÊNIN**

Pág. 49 a 52

PALESTINA

**JULGAMENTO DE RECURSO
CONTRA CONDENAÇÃO DE
ZÉ MARIA OCORRE NO DIA
24 DE SETEMBRO**

Pág. 53 a 58

ELEIÇÕES

**HERTZ DIAS E VANESSA
PORTUGAL PERCORREM O PAÍS
APRESENTANDO O PROGRAMA
SOCIALISTA DO PSTU**

Pág. 59 a 63

ELEIÇÕES

**A CAMPANHA ELEITORAL
DO PSTU E A CENTRALIDADE
DA CLASSE OPERÁRIA**

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Opinião Socialista Ltda.

CNPJ: 55.446.524/0001-00 / Atividade Principal 91.92-8-00.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

💬 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo
(SP) CEP: 01313-000

PRESENTE, SEMPRE!

Há 1 ano, Wilson nos deixava, mas continua presente



Wilson Honório. Foto: Arquivo PSTU

No dia 17 de setembro, completa-se um ano sem o nosso Wilson Honório Silva. Com toda uma vida dedicada à luta contra todo o tipo de opressão e exploração e por um mundo socialista, sua perda ainda se faz presente todos os dias para os que tiveram a sorte de conviver com esse histórico militante.

Apesar da dor de uma perda irreparável, Wilson nos deixou um legado de luta e comprometimento. Um legado expresso em textos, artigos, no livro *O mito da democracia racial* (referência do tema para toda uma geração), além de vídeos, palestras etc.

A trajetória militante de Wilson se confunde com a própria história do movimento de luta contra a opressão no Brasil, sempre nos marcos de uma perspectiva socialista e revolucionária. Foi um dos fundadores do Núcleo de Consciência Negra (NCN) da USP, em 1987. Fez parte da organização da primeira edição da então Parada do Orgulho Gay, em São Paulo, em 1997. Sob o lema "Somos muitos, estamos em várias profissões", a parada reuniu 2 mil pessoas e foi um marco na luta pela visibilidade LGBTI+, crescendo de forma exponencial e se espalhando país afora nos anos seguintes.

Na imprensa do partido, da Convergência Socialista até o atual Opinião Socialista, o jornal do PSTU, Wilson sempre reafirmou a importância de o tema da opressão não ser tratado como uma seção à parte ou mera página. Ao contrário, deveria se refletir em todos os temas, todas as pautas e páginas, atravessando o jornal em sua totalidade.■

Um ano se passou, mas continuamos dizendo: Wilson presente! Hoje mais do que nunca!

Vamos falar de voto útil?



Hertz Dias, candidato à Presidência do Brasil (PSTU). Foto: Phill Natal

Estamos nos aproximando das eleições. É natural que, nesse período, ganhe força a discussão do que se convencionou chamar de “voto útil”, ou seja, um voto não no candidato que expresse ou defenda princípios ou determinado programa, mas que seja capaz de barrar outro que seria pior.

Numa eleição polarizada como a que estamos vivendo, esse sentimento pressiona parte significativa do ativismo. De um lado, Lula, mesmo com algumas medidas paliativas e insuficientes, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e o Programa Desenrola, não decola como havia previsto, e elas servem como cobertura de um projeto que ataca os trabalhadores a partir de privatizações e arcabouço fiscal. De outro lado, Flávio Bolsonaro,

mesmo enrolado com o escândalo do Banco Master e numa disputa fratricida no seio da própria família, está pareado nas pesquisas.

Nesse quadro, é compreensível que parte do ativismo, mesmo não nutrindo nenhuma expectativa em relação a um quarto governo Lula ou até se opondo a seu governo, queira votar no PT para que a extrema direita não volte ao poder. A própria campanha do PT explora esse medo para amarrar os votos da esquerda para além da esquerda institucional e engajar a militância.

A extrema direita representa um perigo às liberdades democráticas e, como vimos no governo Bolsonaro, não pensa duas vezes em se lançar numa ofensiva contra os direitos de trabalhadores, povos originários, quilombolas, mulheres, população LGBTI+ e todos os setores oprimidos. Assim, segundo essa linha, seria melhor garantir um governo sob o qual ao menos se possa lutar e garantir as liberdades democráticas.

Essa lógica, no entanto, parece fazer sentido no calor da campanha, mas não resiste à prova dos fatos e da história.

GOVERNO LULA E O PT NÃO COMBATEM A EXTREMA DIREITA

O que esse argumento não explica é como, após quase dezoito anos de governos do PT, em 41 desde a redemocratização (e 37 após as eleições livres para presidente), não só vimos a extrema direita surgir, como também ganhar força e, escândalo após escândalo, ainda pairar como uma sombra ameaçando as liberdades

democráticas, agora se colocando abertamente como um mero fantoche de Trump.

Ou seja, o PT governou o país mais da metade do tempo desde que passamos a votar para presidente. E se, lá atrás, prometia melhores condições de vida para o povo e a classe trabalhadora, ao escolher gerir o Estado capitalista em aliança com a burguesia e administrar o processo de decadência e retrocesso pelo qual o Brasil passou nas últimas décadas, hoje só pode se agarrar ao fantasma da extrema direita.

No período em que esteve à frente do Planalto, não garantiu nem realizou nenhuma mudança estrutural no país. No governo Lula, o encarceramento em massa da juventude negra explodiu; os servidores perderam direitos; e avançou a terceirização, a privatização e a desnacionalização de setores-chave da economia. Nesse mandato, o governo do PT implementou o arcabouço fiscal, uma amarra nos gastos públicos que simplesmente impossibilita investimentos sociais e compromete o orçamento por anos para garantir o pagamento da dívida aos banqueiros.

A realidade é que a extrema direita surgiu e ganhou força no processo de desmoralização e desgaste das instituições do regime nesses longos anos de crise. Assim, o PT e a esquerda institucional se resumem hoje a defensores do regime dos ricos, da conservação do status quo. Enquanto isso, atores como o bolsonarismo aparecem como uma ruptura com tudo o que está aí, mesmo sendo a parte mais podre desse

mesmo regime e se apoiando na consciência mais atrasada e reacionária da classe e do povo.

O atual escândalo no STF é apenas uma amostra disso. Lula terceirizou o combate ao golpismo à instituição mais reacionária do regime, que é o Judiciário. O mesmo Supremo Tribunal Federal que chancelou as terceirizações e a pejotização impediu que fossem reconhecidos os direitos dos trabalhadores de plataformas. Nesse processo, associou sua imagem à de Alexandre de Moraes, cujas relações carnavais com o corrupto Daniel Vorcaro vêm à tona.

Ao contrário do que a esquerda da ordem tenta nos convencer, Lula não é o “único que pode derrotar a extrema direita”. Se fosse assim, quatro anos após a vitória eleitoral em cima de Bolsonaro, teríamos avançado contra o bolsonarismo. Mas é o oposto. Mesmo com o golpista preso, a extrema direita está aí, e é assim porque não se trata de fulano ou sicrano. A ultradireita é um fenômeno estrutural, que não será varrido do mapa enquanto não mudarmos de fato as condições de vida do povo trabalhador. E isso não ocorrerá enquanto não derrotarmos a política econômica que o governo Lula impõe e revertermos o processo de decadência no qual afundamos há décadas.

Não dá para fazer sempre a mesma coisa e esperar um resultado diferente.

VOTE HERTZ DIAS 16, COM OS TRABALHADORES CONTRA O SISTEMA

A candidatura de Hertz Dias e Vanessa Portugal pelo PSTU cumpre a tarefa de oferecer uma

alternativa de independência de classe, revolucionária e socialista. Junto às candidaturas nos estados, está a serviço do fortalecimento de um projeto realmente contra o sistema, disputando a consciência do povo trabalhador contra alternativas de aliança com a burguesia ou autoritárias. Um projeto que quebre o círculo vicioso do “mal menor”, em que nossas vidas só pioram, a juventude se vê sem perspectiva e a extrema direita só avança.

E é exatamente por isso que o PSTU é vetado na grande imprensa, boicotado pelos grandes veículos de mídia, sem espaço na TV. Nisso, os grandes monopólios e a burguesia estão de mãos dadas: querem que você escolha quem continuará a administrar o capitalismo, seja da forma como for. Querem restringir sua alternativa entre o medo da extrema direita e a conformidade com as coisas como estão.

Por isso, fortalecer uma alternativa realmente antissistema, contra um governo de alianças com o centrão e a burguesia e a ultradireita, é a coisa mais útil que alguém que defenda outro tipo de sociedade, contra a exploração e a barbárie capitalista, pode fazer nestas eleições. Esse é também o caminho para derrotar, de uma vez por todas, a extrema direita.

Por isso, o PSTU faz um convite a você: engaje-se conosco nesse projeto. Cada voto no 16 fortalece essa alternativa!■

ELEIÇÕES 2026

O país do futuro que nunca chega

JÚLIO ANSELMO,
DA REDAÇÃO

O Brasil é sempre o país do futuro que nunca chega. Mais uma vez, na eleição presidencial, são promessas e promessas. Palavras bonitas para ganhar seu voto, propostas mágicas para resolver tudo. A polarização segue, empilham-se escândalos, e cada lado esgrime os casos do outro. Mas a vida dos trabalhadores segue difícil, e os problemas sociais continuam sem solução.

O escandaloso caso Master, com a revelação do altíssimo grau de relações entre Daniel Vorcaro e diferentes setores das instituições da República, apenas escancara aquilo que já devia ser evidente: o funcionamento normal desse regime significa a submissão dos três Poderes aos

interesses de grandes bancos e empresas. Quem domina a economia também possui enorme poder sobre os políticos dos grandes partidos capitalistas.

Lula e Flávio Bolsonaro representam projetos diferentes e disputam interesses distintos de setores da burguesia. Mas nenhum dos dois rompe com a estrutura econômica e social que mantém o país dependente, desindustrializado e submetido à exploração dos trabalhadores.

MAIS DO MESMO

Programa social-liberal do PT ataca os trabalhadores

O governo Lula criou o arcabouço fiscal, que retira dinheiro da saúde e da educação para seguir remunerando banqueiros e investidores estrangeiros através da dívida pública. Por isso, o ministro da Fazenda diz que será preciso um novo ajuste fiscal em 2027, o que significa mais ataque às áreas sociais.

Mesmo uma série de medidas tidas como progressivas, como a isenção do Imposto de Renda a quem ganha até R\$ 5 mil ou o Programa Desenrola, logo se mostraram bastante insuficientes dado o alto custo de vida e o tamanho da exploração que afeta os trabalhadores. E foi Lula quem escolheu Gabriel Galípolo, que mantém os juros altos. A luta dos trabalhadores colocou o fim da escala 6×1 no centro do debate. O governo, porém, mais uma vez, confiou na negociação, empurrando a reivindicação para dentro das instituições.

O governo bateu recorde de concessões e privatizações de estradas. Aprovou projeto de lei que entrega as terras raras para empresas estrangeiras com R\$ 7 bilhões em auxílios e benefícios às grandes mineradoras. E já agendou mais um leilão do petróleo para 7 de outubro.

As grandes empresas embolsam os benefícios fiscais, não investem no país e remetem lucro para o exterior. Por isso, a taxa de investimento não muda nos governos do PT, apesar de todo o incentivo com dinheiro público. Prometendo um programa democrático e popular, na prática o PT aplica um programa neoliberal que mantém intactos os interesses dos capitalistas. O programa do PT se apresenta como desenvolvimentista, mas permanece subordinado aos interesses dos capitalistas e, por isso, reproduz as medidas neoliberais exigidas pelo sistema.

GOVERNOS DO PT: 18 ANOS SUSTENTANDO O REGIME

O PT é o partido que mais governou a Nova República. São 18 anos de governo em 38 anos da Constituição de 1988. Prometeram bem-estar social, aposentadoria, saúde e educação de qualidade, combate à pobreza, salário melhor. De lá para cá esses direitos foram atacados e destruídos. Hoje temos emprego precário, salário arrochado e custo de vida alto. Isso é resultado de décadas de decadência provocada pelo aprofundamento da subordinação aos países imperialistas, como EUA e os da Europa, agravada com a entrada da China. A burguesia brasileira, sempre associada aos monopólios desses países, construiu seus próprios lucrando com a superexploração dos trabalhadores e a

dilapidação dos bens públicos, apoiada no Estado e funcionando como apêndice do capital estrangeiro. O Brasil foi desindustrializado. Exportamos matérias-primas, commodities agrícolas, minério e petróleo e importamos o que é caro e tecnológico.

Esse projeto vem desde a ditadura militar, mas com seu fim muita coisa foi prometida. O PT está entre os que defendiam que bastava votar em seus candidatos dentro da democracia dos ricos para que as coisas mudassem.

A realidade é categórica. Não apenas não avançamos, como retrocedemos. Os direitos conquistados nos governos do PT são insuficientes e passageiros. Tanto que dois anos de Temer e quatro de Bolsonaro deram conta de fazer retroceder até as pequenas concessões. A herança maldita que o PT usa como justificativa é a prova de que as mudanças feitas antes não resolveram nenhum problema estrutural.

POR QUE O PT NO GOVERNO NÃO FAZ O QUE PROMETE?

O problema não é correlação de forças. Não basta eleger mais deputados para ter maioria no Congresso e, aí, o Brasil melhoraria. O problema é o próprio projeto. O PT não rompe com a estrutura econômica que produz a decadência, a dependência e desigualdade.

Não há como reindustrializar o Brasil sem enfrentar os grandes grupos econômicos que controlam setores estratégicos. Nem melhorar de forma permanente a vida dos trabalhadores

enquanto uma pequena minoria controla a riqueza produzida por milhões.

COMO O PT AJUDA O IMPERIALISMO DE TRUMP E A EXTREMA DIREITA

A extrema direita deve ser derrotada. Mas não adianta vencer uma eleição se o resultado é um governo que não enfrenta nenhum problema estrutural, gera desmoralização e dá munição para a própria extrema direita. Depois de mais quatro anos de governo Lula, ela segue forte e pode inclusive vencer esta eleição.

Quando Lula elogia Trump, garante os interesses dos monopólios e se torna fiador do regime e do STF, ele alimenta o sistema que produz e fortalece os bolsonaro da vida. Quem mais ajuda a extrema direita no Brasil é o governo do PT, ao se aliar à direita e administrar o sistema.

EXTREMA DIREITA

Bolsonaro, Trump são barbárie contra os trabalhadores

Bolsonaro é um traidor da pátria. Atua como lobista de Trump, defendendo aqui os interesses dos conglomerados dos EUA e a política de tratar a América Latina como quintal.

O projeto da extrema direita é o ultraliberalismo. Acreditam que basta reduzir o Estado, cortar verba e acabar com qualquer política industrial que as leis do mercado desenvolvem o país sozinhas. Dizemos "acreditam" porque na hora de cortar não mexem nas benesses para os empresários, como Plano Safra e isenção de imposto. Reduzir o Estado, para

eles, é sempre reduzir as áreas sociais e os direitos dos trabalhadores.

Flávio Bolsonaro fala em reduzir o custo do trabalho, que não é outra coisa senão cortar direitos e rebaixar salário para aumentar o lucro das grandes empresas. São contra o fim da escala 6×1, contra a aposentadoria pública e a favor da privatização do SUS. Defendem o negociado acima do legislado, como se o trabalhador sozinho pudesse arrancar conquistas numa negociação com o patrão. Prometem ajuste fiscal, cortando saúde e educação, e reforma administrativa, retirando direitos.

O governo Bolsonaro e Tarcísio, em São Paulo, são responsáveis por privatizações que só trouxeram desgraça, como o marco do saneamento e a Sabesp. A isso se somam as ameaças autoritárias e o sonho com a volta da ditadura.

Na segurança pública, defendem populismo penal e violência policial aberta, enquanto fazem vista grossa para a relação entre a Faria Lima e as facções. Chegam a fazer coro com Trump na definição das facções como terroristas, o que abre brecha para agressão militar dos EUA e não combate crime nenhum. Serve para subordinar o país.

NEOLIBERALISMO COACH

Augusto Cury e o charlatanismo neoliberal

Cury disparou como suposta terceira via, mas, na prática, pega o pior de cada lado da polarização. Seu programa mistura neoliberalismo com

populismo, charlatanismo de coach e propostas mirabolantes que não resolvem nada, como colocar drone para combater feminicídio. É um tecnicismo tosco que surfa na ideia de que a tecnologia sozinha resolve os problemas do capitalismo.



Augusto Cury. Foto: reprodução

DIFERENTES FACES DA ULTRADIREITA

Renan, Caiado e Zema: a extrema direita sem Bolsonaro

Os três já foram bolsonaristas. Em diferentes momentos, afastaram-se e agora tentam disputar a base eleitoral da extrema direita criticando em algum grau Flávio Bolsonaro. Mas carregam o mesmo programa em muitos pontos. São também inimigos dos trabalhadores.



Presidenciáveis: Renan Santos (Missão), Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo)

Com os trabalhadores contra o sistema

O caminho de Hertz Dias e do PSTU é outro. A polarização não toca nos problemas fundamentais do Brasil. De um lado, o petismo apresenta a possibilidade de administrar o capitalismo de maneira mais social e conciliadora. Do outro, a extrema direita oferece uma saída autoritária e abertamente contra os direitos dos trabalhadores. Em ambos os casos, os problemas estruturais permanecem.

Para os trabalhadores, a questão não é mais ou menos Estado, não é mais investimento ou mais abertura comercial para os EUA, para a Europa ou para China. A saída não é criar condições para o capitalismo florescer aqui. O problema é que não há como reindustrializar e desenvolver o país sem romper com a dominação dos grandes grupos capitalistas. Não há setor da burguesia que seja aliado dos trabalhadores e defensor da soberania de verdade.

Por isso propomos como eixo a estatização dos setores estratégicos da economia sob controle dos trabalhadores. Pegando meia dúzia de empresas de mineração, petróleo e energia, mais a cúpula do agronegócio, seria possível acessar um volume enorme de excedente e colocá-lo a serviço do desenvolvimento do país, reindustrializando e melhorando a vida de quem trabalha. Isso é Brasil soberano de verdade.

Muitos respondem que isso é inviável. De fato é se acharmos que dá para fazer nos marcos do atual

regime. Mas não é isso que propomos. Queremos ganhar a classe trabalhadora para lutar por este programa. Se os trabalhadores o tomam como seu, podem obrigar a sua implementação e abrir condições para construir um governo dos trabalhadores, sem capitalistas e sem se apoiar nas instituições podres da democracia dos ricos. Um governo em que o poder seja exercido pela auto-organização dos próprios trabalhadores e em que esses organismos substituam o atual poder burguês corrupto e explorador. ■



Hertz Dias, candidato à Presidência pelo PSTU. Foto: Phill Natal

SUPREMA TRAMBICAGEM FEDERAL

O sistema dos ricos escancarado



JÚLIO ANSELMO,
DA REDAÇÃO



Alexandre de Moraes. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Com o escândalo do Supremo Tribunal Federal (STF), estamos assistindo a uma das piores crises da democracia dos ricos. O banqueiro corrupto Daniel Vorcaro mantinha relações espúrias com quase todo o andar de cima da República. São contratos milionários com o escritório da esposa do ministro Alexandre de Moraes, mas também ligações suspeitas com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, deputados e senadores como Nikolas Ferreira.

Isso sem falar no caso *Dark Horse*, com os áudios vazados de Flávio Bolsonaro pedindo outros milhões. O caso Master envolve uma gama que vai do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), até setores do PT baiano como, Jaques Wagner. O próprio ministro do STF, André

Mendonça, que divulgou as mensagens de Vorcaro com Alexandre de Moraes, tem seus interesses, além de ter se envolvido com o ex-dono do Banco Master.

André Mendonça, inclusive, acusa a Polícia Federal de monitorá-lo de modo ilegal, manda investigar Moraes, mas ele mesmo não quer ser investigado. Já Alexandre de Moraes o acusa de agir por interesse político, o que é verdade. Mendonça deve responder pela seletividade com que vaza informações e utiliza o STF em favor do bolsonarismo. Mas isso não inocenta Moraes e seu envolvimento mais que suspeito com Vorcaro.

Há uma luta em curso no STF, mas, como todas as alas parecem envolvidas com Vorcaro, cada uma joga o banqueiro no colo da outra. Uma guerra fratricida, na qual cada um defende seus próprios interesses e os interesses dos setores da burguesia que cada um representa nesse momento, o que desmoraliza cada dia mais o regime político e jurídico dos ricos. O que essa crise escancara, na realidade, é a corrupção generalizada, inerente ao sistema capitalista.

EXTREMA DIREITA

Desmascarando a campanha hipócrita dos bolsonaristas

Trump ameaça interferir nas eleições. Ainda não sabemos se Mendonça conta com apoio dos EUA, mas é uma possibilidade. Há ainda uma campanha hipócrita da extrema direita pelo impeachment de Moraes, como parte do seu projeto original de fechar o STF e de livrar da

cadeia Bolsonaro e os demais golpistas do 8 de janeiro.

Não se pode permitir que a extrema direita utilize esse escândalo para revogar as punições aos golpistas e tudo termine em pizza para golpista preso. Pelo contrário, tem muito mandante do 8 de janeiro ainda solto por aí.

O PSTU é oposição de esquerda ao governo Lula, mas nunca endossou ou endossará manobras e tentativas autoritárias da extrema direita.

Defendemos a saída de Moraes, de Mendonça e de todos os envolvidos pela mobilização dos trabalhadores. E que Nikolas Ferreira, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Alcolumbre, enfim, todos sejam investigados e percam seus mandatos.

O Senado, contudo, não merece nenhuma confiança e não deveria ser fórum para conduzir um impeachment. Aliás, o Senado é uma Casa conservadora, um poder moderador com mandato de oito anos que existe para estreitar ainda mais a democracia nesse regime pouco democrático. O PSTU sempre defendeu o fim do Senado e um sistema unicameral.

Projeto do PT é ser fiador do regime e do sistema capitalista

Na medida em que o PT apostou todo o combate ao golpismo na institucionalidade, e não na mobilização dos trabalhadores e do povo, colocou Alexandre de Moraes num pedestal como exemplo de luta contra a extrema direita. Assim, passou pano para o juiz com as revelações do

caso Master, e agora é pressionado eleitoralmente com os ataques a Moraes.

O teto de vidro do PT hoje é fruto de ter terceirizado a essas instituições podres a luta contra as ameaças às liberdades democráticas. Além também da relação de setores do PT com Vorcaro que precisa ser investigada, como o governador da Bahia. Sem contar que governou o país por mais de dezoito anos, tornando-se um verdadeiro fiador do regime, aprofundando as relações com todos os setores burgueses, em aliança com direita, centrão e STF, garantindo os interesses de banqueiros e grupos empresariais e mostrando-se totalmente adaptado à democracia dos ricos e ao Estado capitalista.

QUEM MANDA DE VERDADE

O poder do banqueiro, a separação dos três poderes e a falsa imparcialidade do Judiciário

Não é só briga entre ministros. A crise mostra algo estrutural. O caso Master escancarou o poder real dos banqueiros, com relações íntimas em todas as instituições do Estado, e revelou que a divisão entre os três poderes e a imparcialidade do judiciário são uma farsa.

A imprensa capitalista, a direita e a esquerda do sistema vivem reafirmando a imparcialidade do judiciário e o caráter técnico das decisões da Justiça. Nem um pedaço do Estado, porém, funciona à parte do jogo político numa sociedade capitalista. Por isso há alas, brigas e acordos dentro do STF, como nos parlamentos. Em última

instância, estão todos a serviço de perpetuar a exploração e a opressão da classe trabalhadora pelos donos do dinheiro nessa sociedade.

A questão central é que não é possível seguir fingindo que o judiciário é algo que se provou não ser. Esse poder é o menos controlado pela população e o que mais se passa como supostamente neutro. A polarização política brasileira sempre esteve presente no STF, mas agora foi escancarada em seus meandros. Caindo o véu da imparcialidade, das decisões técnicas e da divisão dos poderes, o regime entra em parafuso. Fica a pergunta: quem pode julgar quem neste sistema podre?

ABERTURA DOS INQUÉRITOS, INVESTIGAÇÃO E PUNIÇÃO DE TODOS OS ENVOLVIDOS

Contra a seletividade de Mendonça e de Moraes, não devemos defender que tudo vá para debaixo do tapete. Pelo contrário, há que expor tudo. A classe trabalhadora precisa exigir o levantamento de todos os sigilos, do caso *Dark Horse* de Flávio Bolsonaro às mutretas de Alexandre de Moraes, André Mendonça, Dias Toffoli, Ciro Nogueira, Alcolumbre, Jaques Wagner, todo mundo, sem seletividade.

Contra a parcialidade nas investigações e a disputa de interesses em torno de quem será o alvo, defendemos que se investigue a fundo todos os envolvidos que tiverem a mínima ligação com Vorcaro. Contra as penas brandas para crimes de colarinho branco, defendemos a punição, prisão e expropriação dos bens de todos os corruptos e corruptores.

Com o regime comprometido até os ossos com os banqueiros, porém, quem julga os julgadores? Se por um lado a saída da direita bolsonarista é um projeto autoritário, também não é um caminho seguir confiando nas instituições podres dessa democracia dos ricos, como faz um setor da esquerda capitaneada pelo PT. Com tantos fatos e dados que necessitam apuração e envolvem várias instituições da República, não resta caminho que não seja apostar no papel da classe trabalhadora, que deve confiar nas próprias forças para tirar essa história a limpo e punir os corruptos.

TRÊS PODERES A SERVIÇO DOS RICOS

Reformar o STF mantendo o sistema não resolve o problema

Todos apontam para uma reforma do Judiciário. Mas não há reforma sem mudar a forma de organização social para uma que impeça essas instituições de serem controladas pelos grandes capitalistas.



Ministros André Mendonça e Alexandre de Moraes. Foto: Luiz Silveira/STF

É preciso acabar com os altos salários e os penduricalhos dos juízes e ir além, com controle patrimonial do setor. Se enriqueceu: por quê, como e fazendo o quê? Enquanto essa Justiça passa pano para os crimes dos ricos, a população pobre e negra é prejudgada, sofre com encarceramento em massa e violência judicial. Para os pobres desse país sobram arroubos autoritários, decisões monocráticas de todos os lados, conduções coercitivas, espetacularização.

Existem propostas como a eleição de juízes com mandato revogável. Mesmo assim, o judiciário cumpriria a mesma função de hoje. Como o Parlamento e o Executivo, é uma instituição moldada para manter esse sistema de exploração em benefício da burguesia. Enquanto houver regime burguês, haverá banqueiro ladrão comprando político e juiz.

CONTROLE DOS TRABALHADORES

Júri popular para julgar os crimes dos ricos e poderosos

Não há instituição com a legitimidade necessária para executar as investigações. De início, seria possível criar uma comissão independente, com representantes da classe trabalhadora, servidores do Banco Central e da PF, sindicatos de bancários, entidades estudantis e juristas, com acesso irrestrito aos documentos. Não é CPMI, que seria feita pelos mesmos políticos dos mesmos partidos que estão no celular de Vorcaro.

Mas é preciso acabar de fato com o STF tal como ele existe. Não para dar um golpe e instalar uma

ditadura, como sempre defenderam os bolsonaro, e sim para ser substituído por um júri popular composto pelos órgãos da classe trabalhadora. Não é mudança de função do tribunal nem melhoria do sistema judicial atual. É controle popular sobre os rumos político e jurídico das decisões mais importantes.

Nada disso virá sem luta dos trabalhadores para realizar essas mudanças. É preciso que os sindicatos e movimentos discutam e se organizem.

ESTADO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

É preciso outro sistema: uma democracia dos trabalhadores

Os trabalhadores, mobilizados e organizados em seus locais de trabalho, moradia, estudo, devem se auto-organizar e construir seu próprio Estado. Em vez de instituições como o STF, com membros vitalícios, impunidade garantida, privilégios e salários exorbitantes, a própria classe trabalhadora deve governar e exercer sua Justiça, com membros eleitos na base, mandatos revogáveis e sem nenhum privilégio, fazendo as leis, executando-as e garantindo a aplicação delas.

Esse novo regime terá que atacar as bases do poder econômico dos capitalistas. Para acabar com a corrupção, é preciso estatizar os bancos e os setores estratégicos e colocá-los sob controle dos trabalhadores. O controle privado dos meios de produção é a base sobre a qual se constrói todo o poder político e jurídico da burguesia e toda corrupção sistêmica. ■

CRISE À VISTA?

O que está por trás da quebradeira das empresas?



DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO



Loja das Casas Bahia fechada. Fonte: reprodução

Além das fortes chuvas provocadas pelo El Niño, o último período veio com uma enxurrada de anúncio de falências. Segundo levantamento da consultoria Monitor RGF-BIZDOC, são mais de 6 mil empresas com decretação de falência ou pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, um recorde desde o início do levantamento em 2023.

São empresas que vão da indústria petroquímica, como a gigante Braskem, passando pela Raízen (com atuação na produção de etanol, gás natural até postos de combustível com a bandeira Shell), atingindo o agronegócio com um número recorde de pedidos de recuperação, a construção civil,

chegando ao varejo, com o debacle da icônica Casas Bahia e das lojas Marabraz, desaguando no setor da alimentação, com o grupo Gennius, controlador da rede Habib's.

Embora sejam casos distintos, é um processo que atravessa a economia, como a Oi, que decretou falência, ou seja, foi para o buraco de vez, e outras grandes empresas que ainda estão na UTI, utilizando instrumentos como os pedidos de recuperação, que buscam protegê-las contra execução de credores, ou suspendendo pagamento de dividendos. Segundo o monitor, 21% das empresas nessa situação são do varejo, 19,6% da indústria e 17,5% do agronegócio. Os números impressionam. A Braskem amarga uma dívida de R\$ 56 bilhões, enquanto as Casas Bahia tentam renegociar R\$ 17 bilhões.

DAS ESFIRRAS À INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

As causas apontadas para essa avalanche de pedidos de recuperação têm suas especificidades. A Raízen é acusada de má administração e uma má-sucedida tentativa de expansão internacional. Já a Braskem, além do crime em Maceió (que provocou o afundamento do solo de bairros inteiros, afetando mais de 60 mil pessoas), sentiu a concorrência das resinas estadunidenses e chinesas. As Casas Bahia, por sua vez, sofreriam com o alto endividamento das famílias, que ultrapassam os 80%, enquanto, assim como o Habib's, sucumbem ao monopólio dos aplicativos digitais.

O que perpassa essa onda de quebradeira são os altos juros num país que carrega a segunda maior taxa básica de juros, atrás somente da Rússia, um

país em guerra e bloqueio econômico por parte das grandes potências do Ocidente. A taxa Selic (uma espécie de piso para o custo do dinheiro) de 14% aumenta o preço do crédito, o que dificulta não só empréstimos como a rolagem de dívidas. Isso afeta todas as cadeias da economia, em especial o varejo, que depende muito do capital de giro, já que as vendas são em sua grande maioria, parceladas. No caso das Casas Bahia, por exemplo, podem ultrapassar os 80%.

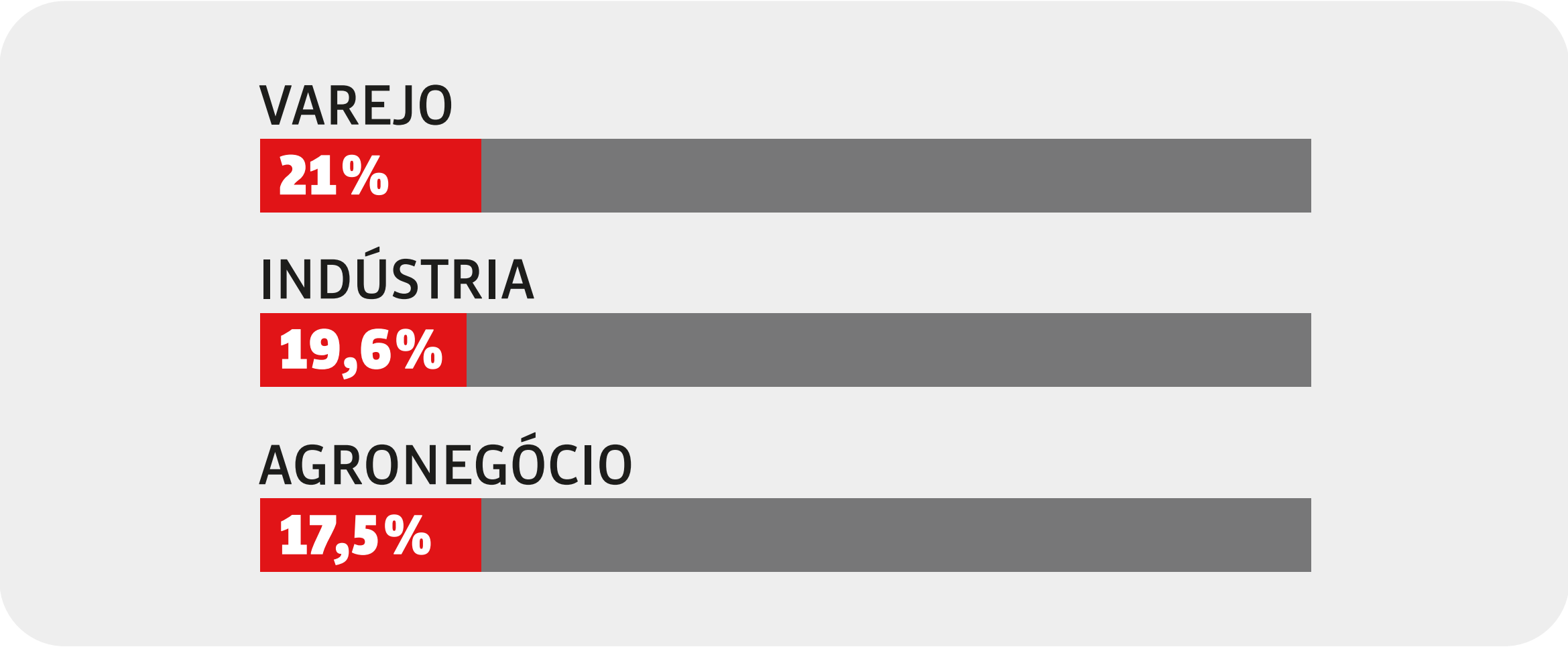
O varejo, além disso, sofre com a concorrência de grandes plataformas estrangeiras, como a Amazon. Algo que também afeta o setor de alimentos, que se endividou de forma significativa durante a pandemia e viu o padrão de consumo mudar com as plataformas de delivery. O iFood, por exemplo, que apesar de ter se originado de uma fintech brasileira, hoje é controlada pelo grupo de investimentos Prosus, sediado na Holanda. Controla 80% do mercado de entregas no Brasil, e ainda reclama da concorrência da chinesa Keeta.

UM PROBLEMA ESTRUTURAL

Sob diferentes aspectos, o que amarra essa crise é uma economia subordinada e cada vez mais monopolizada por grupos estrangeiros. O empobrecimento da população causa um endividamento recorde, e os juros extorsivos beneficiam apenas os bancos e os detentores dos títulos da dívida pública. O que, por sua vez, pressiona cada vez mais para que o governo realize cortes no orçamento e, assim como prevê o arcabouço fiscal, aprofunde uma política de austeridade à custa de serviços públicos como saúde e educação.

Pedidos de recuperação

(JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL)



GALÍPOLO REPETE CAMPOS NETO

Banco Central a serviço do mercado

No dia 31 de agosto, o presidente Lula se reuniu com um seleto grupo de grandes empresários e banqueiros no Palácio da Alvorada. Entre um ravioli de lagosta e um carré de cordeiro, Lula ouviu críticas em relação aos juros e defendeu seu indicado à presidência do Banco Central, Gabriel Galípolo.

Só não explicou por que Galípolo seguiu aumentando a taxa de juros a patamares ainda maiores do que fazia o bolsonarista Campos Neto. Naquele tempo, o PT falava sobre sabotagem ao governo e ao país. Será o indicado do governo o responsável pela sabotagem agora? Ou é só mais uma demonstração da hipocrisia do PT que segue as ordens do sistema e mantém uma política para agradar os banqueiros?

Os juros enchem os bolsos de um punhado de grandes banqueiros e investidores, sob a falsa

justificativa de controlar a inflação. Cada ponto da taxa Selic representa um custo da dívida entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões. Campos Neto deixou o Banco Central com uma taxa de 12,5%, elevada a estratosféricos 15% pelo indicado de Lula. Com o arrefecimento da economia, uma inflação geral relativamente baixa (ao contrário da inflação sobre os mais pobres), o Banco Central vem mantendo os juros nas alturas, atualmente em 14%.

O problema é que, se os grandes investidores têm essa galinha dos ovos de ouro com uma rentabilidade que nenhum outro negócio (pelo menos legal) vai dar, também exigem que o governo garanta o retorno desse dinheiro. E para isso aumentam a pressão para que o governo corte gastos e redirecione ainda mais dinheiro ao pagamento dos juros da dívida.

HISTÓRIA SE REPETE

Novo ajuste fiscal prepara estelionato eleitoral

Diante da pressão para um corte ainda mais altos nos gastos públicos, o governo vem sinalizando um aprofundamento de sua política de austeridade e arrocho para 2027. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou, em entrevista à Folha de S.Paulo, que é possível rever o gasto obrigatório em vários lugares, olhando os benefícios sociais, por exemplo.

Colocado como porta-voz da campanha de Lula junto ao mercado, Durigan reivindicou ainda as diversas manobras que o governo vem fazendo

para cortar gastos obrigatórios, leia-se principalmente os gastos garantidos por pisos constitucionais, como Saúde e Educação. Primeiro, o governo colocou o programa Pé-de-Meia dentro do orçamento da Educação, depois, mais recentemente, fez aprovar um projeto de Lei que altera as bases para o cálculo da porcentagem do mínimo para custear o piso da Saúde (que vai perder a receita do petróleo e do gás). Uma malandragem que pode tirar R\$ 16,6 bilhões da Saúde e da Educação no próximo ano.

BRASIL SOBERANO E SOCIALISTA

Desmontar as engrenagens do sistema

A quebradeira das empresas não afeta prioritariamente uma burguesia que, basta trocar o CNPJ para continuar lucrando. É só lembrar as Lojas Americanas: mesmo com a maior fraude contábil da história, o trio que a controlava, Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, não estão nem um pouco preocupados se conseguirão pagar o aluguel no final do mês. Mas também seguirão se associando às empresas imperialistas que mantêm o país submisso, nos tornando cada vez mais dependentes de importações, reforçando nosso papel de mero exportador de matéria-prima.

A classe trabalhadora, por sua vez, é quem se dá mal, com a extinção de milhares de empregos. A crise que se desenha não tem um único fator. Não são apenas os juros, embora eles incidam de forma determinante. É todo um sistema interligado

de exploração e subordinação do país. São os juros, é a corrosão da renda, é o endividamento, é a dependência dos monopólios das plataformas digitais.

ESTATIZAÇÃO DOS SETORES ESTRATÉGICOS

Para começar, é preciso acabar com o arcabouço fiscal e a Lei de Responsabilidade Fiscal e suspender o pagamento da dívida aos grandes investidores. Ao mesmo tempo, aumentar o salário mínimo, as aposentadorias e os benefícios sociais, redirecionando os subsídios bilionários, que hoje vão para as grandes empresas e o grande agronegócio, aos pequenos e médios negócios.

A Braskem, por exemplo, uma indústria de base estratégica para o país, não deve estar nas mãos do setor privado, que, assim como a Vale, coloca vidas em riscos em favor do lucro.

Para conseguir isso, é necessário estatizar os setores estratégicos. É preciso reverter a entrega e a subordinação do Brasil; com os excedentes, investir no país para reindustrializar a serviço dos trabalhadores. Dessa maneira, é possível gerar mais recursos para Saúde, Educação, salário, direitos e aposentadoria, com um plano dos trabalhadores para desenvolver o país em benefício da maioria da população, atuando para atender as necessidades da maioria da população. ■

A crise destrói empregos, mas mantém intactos os lucros da burguesia.

JORNADA DE TRABALHO

Fim da escala 6x1 para além do Senado



RENATA FRANÇA,
DE SÃO PAULO (SP)



Ato pelo fim da jornada 6x1 em PE

No dia 2 de setembro, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê o fim da escala 6×1 foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O relator, Omar Aziz (PSD-AM), manteve o texto votado pela Câmara, rejeitando as doze emendas apresentadas pela direita.

O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AM), contudo, já declarou que só colocará em pauta do Senado depois das eleições. Isso mostra o erro do PT ao retirar a proposta de urgência, apostar tudo no acordão no Congresso e não aprofundar a mobilização dos trabalhadores.

APROVAR JÁ E NÃO DEPOIS DAS ELEIÇÕES!

A proximidade das eleições aumenta a pressão sobre os senadores. Por isso devemos intensificar as mobilizações, exigindo a votação no Senado já! Depois das eleições, os de cima tentarão criar armadilhas para desfigurar a PEC.

Flávio Bolsonaro, por exemplo, pretende resgatar a PEC das horas trabalhadas, que legaliza um novo regime de trabalho com jornada flexível, e aprová-la em paralelo ao fim da 6×1. Sob o discurso de defesa da liberdade, segundo a qual supostamente cada trabalhador pode montar sua escala, esconde-se a verdadeira intenção dos patrões: salário por hora e sem direitos.

Para derrotar esse projeto de escravidão moderna, não adianta acabar formalmente com a 6×1 para uma parcela dos trabalhadores enquanto milhões são empurrados para outras formas de contratação precária, fora da CLT, nas quais a jornada real é 7×0, sem folga e sem nenhuma proteção. Por isso, é necessário um programa de reivindicações para além da aprovação da PEC.

DA VITÓRIA ARRANCADA PARA NOVAS BATALHAS

A garantia na CLT da escala 5×2 e 40 horas semanais é uma conquista muito importante, mas a patronal fará de tudo para neutralizar seus efeitos. É necessário regulamentar com rigor sua aplicação.

Exigimos que Lula proíba as demissões para recontratar em condições precarizadas, bem como fortaleça a fiscalização das empresas que

abusam do banco de horas e de outros mecanismos para recompor a jornada reduzida.

Além disso, num país onde mais de 58% da força de trabalho está desempregada ou na informalidade, essa conquista só valerá para todos se Lula revogar a lei das terceirizações e a reforma trabalhista, e seja barrado o avanço da pejetização.

Nossa luta é para que todos trabalhem menos, independentemente de ser CLT, terceirizado, plataformizado, informal ou pejetizado. Todos os trabalhadores merecem direito a salário digno, descanso, férias, aposentadoria, proteção social e organização sindical.

Devemos intensificar as mobilizações pela votação no Senado já! Depois das eleições, os de cima tentarão criar armadilhas para desfigurar a PEC.

QUE OS BILIONÁRIOS PAGUEM

Quem lucrou com a exploração deve pagar pela redução da jornada

Durante décadas, os grandes empresários aumentaram seus lucros utilizando jornadas extensas, salários baixos, terceirização e precarização. Agora são essas grandes empresas que devem pagar pela redução da jornada.

Defendemos taxar os superlucros e acabar com os benefícios fiscais concedidos às grandes empresas.

Aos pequenos negócios, sem a mesma capacidade econômica das grandes empresas, estabelecer subsídios condicionados à manutenção dos empregos e novas contratações.

ARRANCAR PELA FORÇA DOS DE BAIXO PARA SUBVERTER O PROJETO DOS DE CIMA

Mais que uma alteração na legislação trabalhista, a redução da jornada abre o debate sobre o sentido do trabalho e a serviço de quem está o desenvolvimento tecnológico do país.

Com a automação, robôs, IA e novas tecnologias somos capazes de produzir muito mais em menos tempo. Mas, sob o capitalismo, esses avanços tecnológicos são usados para aumentar a produtividade, reduzir postos de trabalho, intensificar o ritmo de produção, controlar, estabelecer metas e aumentar os lucros.

Na divisão mundial do trabalho, o Brasil absorve essa tecnologia de forma subordinada, mantendo seu papel de exportador de commodities e paraíso do agronegócio, setores que dependem de mão de obra barata e precária.

Uma sociedade organizada em função do lucro transforma cada inovação em instrumento de exploração, destruição do homem e da natureza, a serviço do saque das riquezas do país pelo imperialismo.

Uma sociedade organizada em função das necessidades dos trabalhadores poderia utilizar o desenvolvimento científico e tecnológico para produzir o necessário com menos trabalho, ampliar o tempo livre e criar condições para que aqueles que produzem toda a riqueza também a controlem, colocando-a a serviço do desenvolvimento social e de um país soberano.

É isso que está por trás da nossa luta pela redução da jornada: quem se apropria do trabalho produzido de modo coletivo e a serviço de qual projeto de país estará a riqueza aqui produzida.

Não é mero detalhe que essa conquista seja arrancada pela classe trabalhadora, com luta e organização coletiva. Só fortalecendo a confiança da classe nas suas próprias forças é possível reduzir a jornada e ir além, seguir lutando para derrotar o projeto dos capitalistas e por uma sociedade sem exploração e opressão.■



Protesto em SP pela redução da jornada de trabalho

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Chega de discursos, queremos proteção!



SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PSTU



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

No dia 17 de agosto, num intervalo de uma hora, duas mulheres foram assassinadas em Contagem (MG). Silvani Paulino, de 37 anos, foi baleada pelo marido no próprio salão de beleza, diante de uma cliente e da filha mais velha do casal. Cerca de 50 minutos depois, Thaís Gonçalves, de 26, foi esfaqueada e atropelada pelo ex-namorado.

Silvani e Thaís entraram para a triste estatística dos feminicídios no Brasil.

FEMINICÍDIO NÃO É FATALIDADE

Desde que a lei do feminicídio foi criada, em 2015, mais de 13.700 mulheres foram assassinadas no país. Somente em 2025, foram 1.571 feminicídios,

além de centenas de milhares de agressões, estupros e outros tipos de violência.

Crimes cada vez mais bárbaros se acumulam. Em Águas de Lindoia (GO), uma mulher conseguiu escapar do ex-namorado depois de ser sequestrada, drogada, acorrentada, estuprada e ameaçada de morte. Em São Paulo, um homem matou asfixiadas as filhas de 3 e 5 anos para atingir a ex-companheira, que relatava perseguições e ameaças desde a separação.

Esses crimes mostram que o feminicídio não é uma fatalidade. Antes dele, vêm as ameaças, o controle, a perseguição, a violência psicológica, as agressões, o isolamento e, muitas vezes, pedidos de ajuda que não são atendidos.

Desde que a lei do feminicídio foi criada, em 2015, mais de 13.700 mulheres foram assassinadas no país.

NÃO FALTAM LEIS, FALTA VONTADE POLÍTICA

Enquanto a sociedade parece anestesiada com tanta brutalidade, governo e Congresso lançam pactos vazios ou defendem endurecer leis. Mas não faltam leis e pactos contra a violência. Falta dinheiro para implementá-los.

Lula anunciou um pacto nacional contra o feminicídio, mas seu governo cortou verbas do Ministério da Mulher, e menos de 15% das verbas para o combate à violência contra mulheres foram gastos em 2025. Das 40 Casas da Mulher

Brasileira prometidas na campanha passada, apenas quatro saíram do papel.

Nos estados, a situação se repete. Em São Paulo, o governo Tarcísio cortou de modo sistemático o dinheiro do combate à violência. Em Goiás, os feminicídios aumentaram quase 64% durante os dois mandatos de Ronaldo Caiado. Em Minas Gerais, que só perde para São Paulo em números absolutos de feminicídios, Romeu Zema extinguiu a Secretaria da Mulher e negou-se até mesmo a integrar o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

E há ainda o Judiciário. Em São Paulo, Maria Adelma foi assassinada um mês depois de ter seu pedido de medida protetiva contra o ex-companheiro negado por um juiz, que considerou insuficientes as provas apresentadas.

A EXTREMA DIREITA NÃO É SOLUÇÃO

Não é possível separar o crescimento da violência doméstica da ofensiva de grupos masculinistas que espalham ódio às mulheres na internet. Apesar disso, figuras da extrema direita, como Renan Santos, declaram-se contra o PL da Misoginia e tratam como exagero a preocupação com discursos que naturalizam a inferiorização das mulheres. O candidato também é contra políticas federais de combate à violência de gênero.

Já Flávio Bolsonaro fala em proteção à mulher, mas seu projeto de ataque aos direitos sociais e aos serviços públicos aprofunda a dependência e a precarização que mantêm milhões de mulheres presas à violência. Seus aliados são figuras como

Paulo Figueiredo, que acumula falas misóginas contra mulheres, utilizando inclusive o estupro como instrumento de humilhação política.

DISCURSOS NÃO PROTEGEM MULHERES

Não se protegem mulheres com discursos duros e pactos sem dinheiro. É preciso financiar casas-abrigo, centros de referência, delegacias especializadas, equipes multidisciplinares, assistência social, moradia e políticas que permitam à mulher romper com o agressor sem ficar sem renda e sem ter para onde ir.

Para isso, é preciso revogar o arcabouço fiscal, acabar com as isenções fiscais às grandes empresas e taxar as grandes fortunas para reverter esse dinheiro para políticas de enfrentamento à violência.

JUNTE-SE À CAMPANHA

Ela tinha uma vida. Foi interrompida...

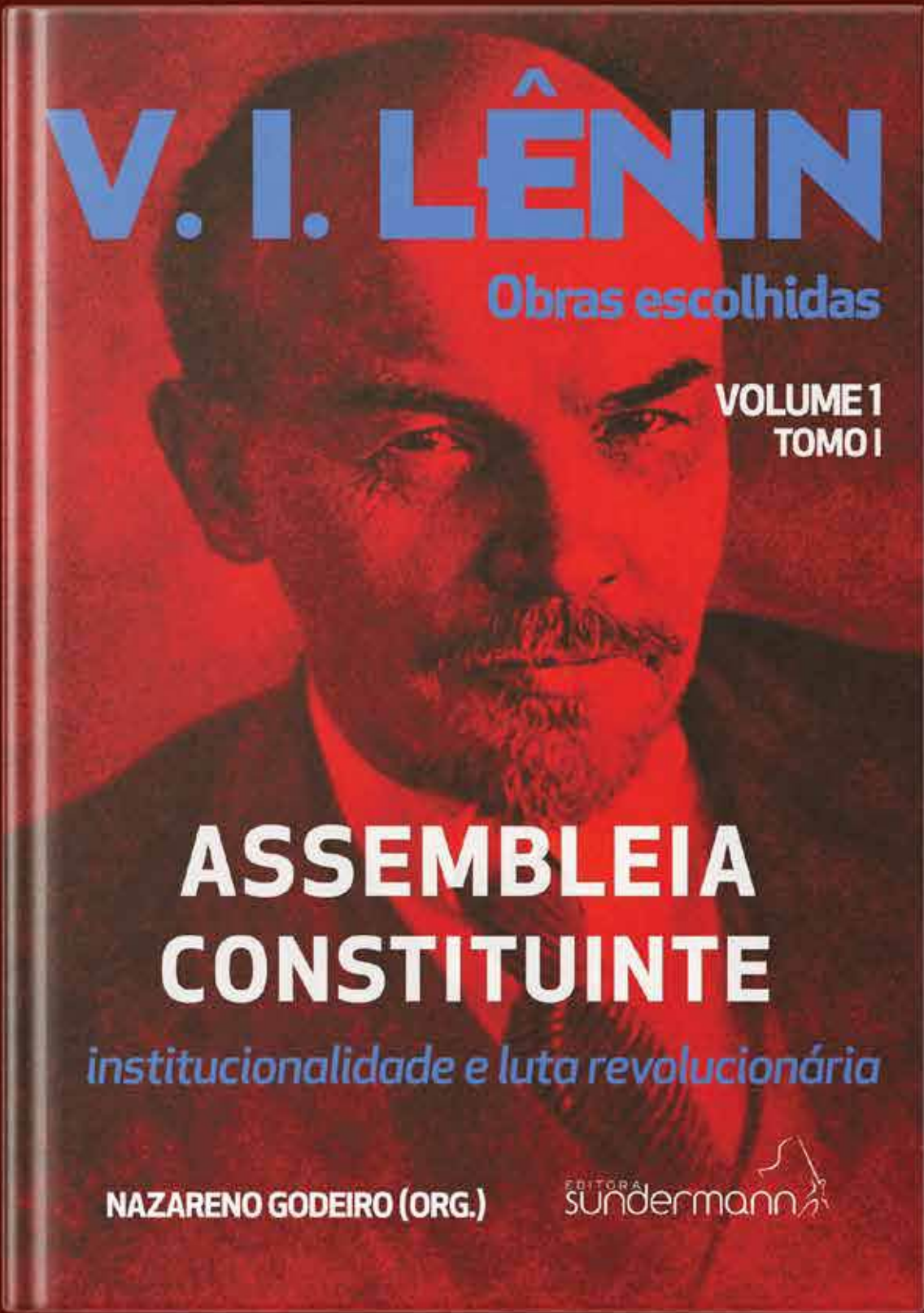
Neste mês de setembro, o Movimento Mulheres em Luta (MML) lança uma campanha nacional contra a violência para chamar a atenção da sociedade para os feminicídios. Essas mulheres não são apenas números: tinham vidas, planos e sonhos. Queremos transformar indignação em mobilização, construir redes de proteção coletiva e exigir que os governos financiem políticas de combate à violência. Não queremos apenas contar seus nomes depois da morte. Queremos lutar para que elas continuem vivas!■

LIVRO

Da Assembleia Constituinte à revolução socialista: começa a Coleção Lênin

Editora Sundermann lança o primeiro livro de uma reunião inédita e completa dos escritos do líder da Revolução Russa sobre os grandes temas da luta de classes

 **NAZARENO GODEIRO,**
DE NATAL (RN)



A Editora Sundermann está lançando o primeiro livro da coleção de escritos de Lênin, *Assembleia constituinte: institucionalidade e luta revolucionária*. Trata-se de uma coleção completa e inédita dos textos de Lênin sobre o tema.

A coleção destina-se à formação de militantes socialistas e comunistas que desejam conhecer o pensamento de Lênin sem deturpações.

NÃO PERCA A COLEÇÃO COMPLETA

O que você vai encontrar no primeiro livro, em dois tomos?

A elaboração de uma Constituição para os diferentes países ocorreu com o triunfo da revolução democrático-burguesa e a formação dos estados-nação, entre meados do século XVI e final do século XIX, na Europa.

Nos países coloniais e semicoloniais, as revoluções democrático-burguesas ocorreram nos séculos XVIII (Estados Unidos, Haiti), XIX (América Latina) e XX (Rússia, China, México) e foram, em parte, abortadas, desviadas ou incompletas. Nestes – que compreendem a ampla maioria dos países –, suas instituições políticas e governamentais foram determinadas pelos dominadores estrangeiros. Assim, a implantação da democracia burguesa (com suas constituições) foi proibida, limitada ou postergada de acordo com a política do opressor estrangeiro, em combinação com seus agentes locais.

Por isso, até hoje, a questão da Assembleia Constituinte assume um peso político relevante nos países dominados, em especial quando ocorre uma mudança significativa no regime político, com a queda de uma ditadura e a posterior democratização.

No caso da Rússia do final do século XIX e início do século XX, o pano de fundo dessa transformação foi a implantação do capitalismo em substituição ao feudalismo e a luta para substituir o regime autocrático do tzar por uma república democrática.

Este livro apresenta a luta de Lênin e do Partido Bolchevique pela derrubada da monarquia, o estabelecimento de uma república democrática e a combinação da luta democrática com a luta pelo socialismo.

Os textos de Lênin sobre a Assembleia Constituinte estão organizados de forma cronológica e abrangem o período de 1901 – quando o partido russo ainda era um pequeno grupo de propaganda com apenas algumas centenas de integrantes – até 1919, após a tomada do poder pelos trabalhadores, quando o partido já contava com centenas de milhares de militantes.

A palavra de ordem “Assembleia Constituinte” foi se transformando conforme os grandes acontecimentos da luta de classes na Rússia e, de modo geral, assumiu três faces de acordo com a situação política e as revoluções que ocorreram no país: a primeira, em sua forma pura, integrando o programa da social-democracia como palavra de ordem central de poder para a revolução democrático-burguesa na Rússia; a segunda, durante a revolução de 1905, quando a palavra de ordem ganhou vida própria nas mãos das classes sociais em luta e se transformou em seu oposto; e, por fim, em 1917, quando a Assembleia Constituinte deixou de ser apenas um instrumento de ilusão democrática nas revoluções de fevereiro e outubro para se tornar a palavra de ordem central da contrarrevolução imperialista, com o objetivo de substituir o poder dos soviets.

Lendo este livro, em dois tomos, acompanhamos a evolução do pensamento de Lênin sobre a Constituinte e a própria transformação dessa

palavra de ordem quando as classes em luta, durante uma revolução, apropriam-se da Constituinte, convertendo-a em seu contrário.

Continuando a Coleção Lênin, publicaremos, nos próximos anos seus escritos sobre:

- | Opressão das mulheres e revolução socialista;
- | Enfrentamento às direções reformistas, centristas e sectárias;
- | Princípios, programa, estratégia e táticas para a construção dos partidos comunistas;
- | Partido leninista: características do Partido Bolchevique e sua evolução de 1903 a 1923;
- | Ditadura do proletariado, poder soviético e democracia burguesa;
- | A Internacional Comunista e o internacionalismo proletário;
- | Combinação das tarefas democráticas e socialistas na revolução proletária; origens de um programa de transição;
- | Combinação da revolução nacional e revolução mundial: o específico e o geral em Lênin;
- | Reforma e revolução;

- | Opressão nacional e colonial;
- | Sobre as guerras;
- | A transição socialista na URSS e o perigo da burocratização;
- | A moral burguesa e a moral comunista;
- | Lênin sobre o materialismo histórico e a dialética.■

Adquira o livro!

*Assembleia constituinte:
institucionalidade e luta
revolucionária.*

CLIQUE AQUI

DEFENDER O POVO PALESTINO NÃO É CRIME

Julgamento de recurso contra condenação de Zé Maria ocorre no dia 24 de setembro

Presidente nacional do PSTU foi condenado a dois anos de prisão em regime aberto por defender o povo palestino: é hora de reforçar a campanha pela sua absolvição



Presidente Nacional do PSTU, Zé Maria, condenado injustamente por defender o povo palestino

No dia 27 de abril, o juiz Massimo Palazzolo, da 4ª Vara Criminal Federal, condenou o presidente do PSTU, Zé Maria de Almeida, a dois anos de prisão por defender, em manifestação de solidariedade ao povo palestino na capital paulista, o fim do Estado racista e colonialista de Israel, bem como o direito do povo palestino à resistência.

O julgamento do recurso contra a condenação ocorre no dia 24 de setembro, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). Se a condenação em primeira instância já é um grave ataque à liberdade de expressão e um perigoso precedente a todos os

que se colocam ao lado da luta do povo palestino contra o genocídio, sua manutenção fortaleceria ainda mais o lobby sionista que persegue ativistas e tenta calar à força qualquer voz em defesa da causa palestina.

ANTISSIONISMO NÃO É ANTISSEMITISMO

A condenação em primeira instância se baseou na velha falácia de igualar antissionismo e antissemitismo. A partir de um discurso de Zé Maria numa manifestação de solidariedade ao povo palestino, no dia 22 de outubro de 2023, poucos dias após o início da ofensiva do Estado de Israel em Gaza – que contabiliza hoje 75 mil mortos (a grande maioria mulheres e crianças) –, entidades sionistas como a Confederação Israelita do Brasil (Conib) apresentaram uma denúncia ao Ministério Público, num dos muitos casos de assédio judicial, perseguição e intimidação que realizam contra vários dirigentes políticos e ativistas pelo país.

Insere-se na campanha contra o povo palestino e de blindagem do Estado de Israel de qualquer crítica o Projeto de Lei 1.424/26, da deputada Tabata Amaral (PSB-SP), que iguala antissionismo e antissemitismo, colocando um falso sinal de igual no ataque a uma ideologia supremacista que dá base para um genocídio na Palestina, ao crime de racismo contra todo um grupo étnico.

“Dizer que o Estado de Israel tem que acabar não tem nada a ver com fazer pregação contra o povo judeu; é o mesmo que dizer que o Estado de apartheid da África do Sul tinha que terminar, e isso não significava pregar a morte dos brancos sul-africanos, mas defender o fim de um Estado de segregação racial”, afirma Zé Maria.

CAMPANHA DE RESISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE

Diante da condenação, o PSTU anunciou que não retrocederá um milímetro da luta em defesa do povo palestino e pôs em marcha uma campanha de solidariedade e pela absolvição de Zé Maria. “Vamos manter nossa luta em defesa do povo palestino, contra o genocídio e pelo fim do Estado sionista, racista e colonialista de Israel, por uma Palestina laica, democrática e não racista, onde todos os povos, judeus, árabes e de todas as etnias e religiões, possam conviver pacificamente”, diz Zé Maria.

Um ato público foi realizado na Faculdade de Direito da USP, junto com Breno Altman, fundador do site Opera Mundi, e José Genoino, que também foram alvos de ações e perseguições por parte dos sionistas. Em Minas Gerais, uma audiência pública na Assembleia Legislativa reuniu ativistas e organizações para discutir a criminalização da solidariedade ao povo palestino. Já no Rio de Janeiro, um ato no Clube de Engenharia reuniu uma ampla frente de organizações políticas, sindicais e populares em defesa de Zé Maria e da Palestina.

REFORÇAR A CAMPANHA

No julgamento do recurso contra a condenação, o Ministério Público mudou sua argumentação anterior, que igualava antissionismo e antissemitismo, dando ênfase agora à ação de 7 de outubro contra o Estado de Israel. Em seu novo parecer, o MP acusa Zé Maria de defender o assassinato de mulheres e crianças, mostrando, ao mesmo tempo, como a acusação anterior era frágil e a ânsia em manter essa condenação, mesmo com acusações absurdas e fora da realidade.

Fica ainda mais evidente que o que se busca é mesmo intimidar e calar qualquer voz que ouse criticar a limpeza étnica que o Estado de Israel perpetra na Palestina, sobretudo em Gaza. A manutenção dessa condenação é um ataque aos movimentos e a todos os ativistas que se solidarizam com o povo palestino e um cerceamento à liberdade de expressão.

É preciso que todas as organizações e movimentos se mobilizem pela absolvição de Zé Maria como parte da luta contra o genocídio em Gaza.

NO DIA 24, TODOS AO TRIBUNAL!

Envie moções de solidariedade e contra a condenação para gab12410@trf3.jus.br (com cópia para Liberdadesdemocraticaszemaria@gmail.com. E no dia 24, data do julgamento, todos à porta do TRF3, na Av. Paulista, 1842, em São Paulo. O PSTU convida todos e todas a comparecerem no ato pela absolvição de Zé Maria, pelo fim de todos os processos aos demais perseguidos, em defesa da liberdade de expressão e em defesa da luta do povo palestino.

Criminalizar a solidariedade é legitimar o genocídio: defender a Palestina é defender a liberdade de expressão e a dignidade humana.

Assine o abaixo-assinado

CLIQUE AQUI

PARTIDO

Hertz Dias e Vanessa Portugal percorrem o país apresentando o programa socialista do PSTU

Candidatos à presidência e vice-presidência da República intensificam campanha junto aos trabalhadores, à juventude e aos movimentos sociais em diferentes regiões do Brasil

 **ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO**



Hertz Dias, candidato à presidência, em passagem por São Paulo (SP).

A campanha presidencial de Hertz Dias e Vanessa Portugal, candidatos do PSTU à presidência e vice-presidência da República, segue percorrendo o país para apresentar um programa socialista construído a partir das necessidades da classe trabalhadora, da juventude e dos setores populares.

Com o lema “Com os trabalhadores, contra o sistema”, as candidaturas têm priorizado atividades de rua, visitas a locais de trabalho,

reuniões com operários e movimentos sociais, encontros com estudantes, entrevistas à imprensa e plenárias abertas para debater os principais problemas do país e as propostas defendidas pelo partido.

Nas últimas semanas, Hertz Dias esteve em diferentes estados dialogando diretamente com trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, sindicalistas e moradores das periferias. Em Minas Gerais, realizou atividades em Juiz de Fora, São João del-Rei e Congonhas, onde debateu temas como o fim da escala 6×1, os direitos dos trabalhadores, a mineração e a defesa da reestatização da Vale.



Hertz Dias, candidato à presidência, em passagem por Juiz de Fora (MG).

No estado de São Paulo, passou por São José dos Campos, Jacareí, São Bernardo do Campo e pela capital paulista, participando de atividades com metalúrgicos, moradores de ocupações urbanas, estudantes, trabalhadores dos Correios e da indústria, além de defender a reindustrialização do país, a geração de empregos e um amplo plano de moradia popular.



Hertz Dias, candidato à presidência em passagem por Jacareí (MG).

No Nordeste, Hertz esteve em Natal (RN), defendendo a redução da jornada de trabalho sem redução salarial; em Aracaju (SE), onde apresentou propostas para a Petrobras e denunciou o processo de privatização do setor petrolífero; e na Bahia, com atividades em Alagoinhas e Salvador, debatendo o desenvolvimento regional, a valorização das empresas públicas e o combate ao racismo.

Já no Sul do país, realizou agendas em Porto Alegre e Santa Cruz do Sul (RS), dialogando com trabalhadores, estudantes e sindicalistas sobre serviços públicos, direitos trabalhistas e soberania nacional.

VANESSA PORTUGAL

fortalece campanha no Nordeste e no Sul do país
Vanessa Portugal, candidata à vice-presidência, professora da rede pública e dirigente sindical, também tem desenvolvido uma intensa agenda de campanha.

No Ceará, participou de atividades em Fortaleza e

Limoeiro do Norte, levando as propostas do PSTU para trabalhadores da educação, juventude e movimentos populares. Em suas atividades, Vanessa tem destacado a defesa da educação pública, dos direitos das mulheres trabalhadoras, da juventude e dos serviços públicos.

No Sul do país, a candidata esteve em Itajaí (SC) dialogando com trabalhadores e apoiadores sobre as propostas do partido para enfrentar a crise econômica e social que afeta a população brasileira.



Hertz Dias, candidato à presidência em passagem por Porto Alegre (RS)

CAMPANHA CONSTRUÍDA NAS RUAS

Segundo Hertz Dias, a principal característica da campanha do PSTU é o contato direto com a população: "Estamos percorrendo o Brasil para dialogar com os trabalhadores, a juventude, os movimentos sociais e todos aqueles que sofrem as consequências da desigualdade e da exploração. É junto ao povo que queremos discutir os problemas do país e construir uma alternativa".

Ao longo das atividades, Hertz e Vanessa têm apresentado propostas como o fim da escala 6×1, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, a reestatização dos setores estratégicos da economia, a defesa dos serviços públicos, a valorização dos salários, a reindustrialização do país e o combate a todas as formas de opressão.

Para o PSTU, a campanha eleitoral deve servir para ampliar o debate sobre os rumos do país e apresentar uma alternativa construída a partir dos interesses da classe trabalhadora.

“O Brasil possui riquezas imensas, mas elas estão concentradas nas mãos de uma pequena minoria. Nossa proposta é colocar essas riquezas a serviço da maioria da população, garantindo emprego, moradia, educação e saúde para quem produz a riqueza do país”, afirma Hertz Dias.

A campanha de Hertz Dias e Vanessa Portugal seguirá percorrendo diferentes estados nas próximas semanas, ampliando o diálogo com trabalhadores, estudantes e movimentos sociais em defesa de uma alternativa socialista para o Brasil.



Hertz Dias, candidato à presidência, em passagem por Salvador (BA).



Hertz pelo Brasil

Pernambuco
10 a 13/Setembro

Maranhão
14/Setembro

Pará
15 e 16/Setembro

Rio de Janeiro
17 a 20/Setembro

PRESIDENTE
HERTZ
VICE **VANESSA**
PORTUGAL

16

ELEIÇÕES 2026

A campanha eleitoral do PSTU e a centralidade da classe operária



ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO



Hertz Dias, candidato à presidência, em passagem por São Paulo (SP).

Enquanto os candidatos da extrema direita, do centrão e da esquerda do sistema concentram suas campanhas na disputa por espaço na mídia, no marketing eleitoral e nas alianças com empresários, a campanha de Hertz Dias e Vanessa Portugal segue outro caminho. O PSTU tem levado seu programa direto aos locais de trabalho, às portas das fábricas, aos sindicatos, às ocupações, às escolas e universidades e às periferias, apoiando-se em uma concepção histórica do marxismo: a de que a classe trabalhadora é o sujeito social capaz de transformar a sociedade.

Não se trata apenas de uma escolha eleitoral. É uma concepção política construída por Marx, desenvolvida por Lênin, aprofundada por Trotsky e retomada por Nahuel Moreno. Para essa tradição,

são os trabalhadores que produzem toda a riqueza da sociedade e, justamente por ocuparem essa posição, podem liderar a luta contra o capitalismo e pela construção do socialismo.

Por isso, a campanha do PSTU está diretamente ligada ao trabalho que o partido desenvolve há décadas junto à classe operária brasileira.

CHÃO DA FÁBRICA, DAS MINAS E DAS OBRAS

No Vale do Paraíba paulista, Hertz Dias esteve ao lado dos metalúrgicos de São José dos Campos e Jacareí, onde o partido possui forte inserção sindical. Ali, uma das principais bandeiras defendidas foi a estatização da Avibras, histórica empresa do setor de defesa ameaçada pela crise provocada pela gestão privada.

A luta pela Avibras se tornou uma referência nacional. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, dirigido pela CSP-Conlutas e por militantes do PSTU, esteve à frente da resistência dos trabalhadores contra o fechamento da fábrica e a destruição de empregos. Para o partido, a defesa da estatização da empresa demonstra, na prática, que setores estratégicos da economia não podem ficar subordinados à lógica do lucro privado.

A campanha também esteve presente no ABC Paulista, berço histórico do movimento operário brasileiro, dialogando com trabalhadores da indústria, estudantes e moradores da periferia.

Em Minas Gerais, Hertz realizou atividades em cidades como Congonhas, São João del-Rei e Juiz de Fora, debatendo com mineiros, metalúrgicos e

servidores públicos. Em Congonhas, a defesa da reestatização da Vale e da CSN esteve diretamente ligada à realidade dos trabalhadores da mineração e à denúncia dos crimes ambientais e sociais produzidos pelas grandes mineradoras.

O trabalho do PSTU junto à classe operária também se expressa entre os petroleiros. Ao longo da campanha, Hertz esteve em atividades com trabalhadores do setor no Rio de Janeiro, no litoral paulista, no Nordeste e na região Norte, defendendo uma Petrobras 100% estatal e sob controle dos trabalhadores como parte de um projeto de soberania nacional e reindustrialização do país.

No norte do Brasil, a campanha se conecta à luta dos operários da construção civil de Belém, categoria que se encontra em campanha salarial e pode aprovar greve no próximo dia 15. Hertz participará da assembleia da categoria, reforçando a solidariedade à mobilização. O PSTU possui uma longa trajetória de atuação nesse setor, e militantes do partido participam da direção do sindicato, acompanhando as lutas nos canteiros de obras no cotidiano.

Experiências semelhantes podem ser encontradas entre os operários da construção civil em Fortaleza, entre trabalhadores da indústria em diversas regiões do país e em inúmeros sindicatos e movimentos populares onde o partido atua.

EM DEFESA DO SOCIALISMO

Essa presença não é circunstancial. Ela expressa uma compreensão estratégica: para o PSTU, as eleições são um espaço importante para apresentar um programa socialista, mas a transformação da

sociedade não virá das urnas. Ela dependerá da organização e da mobilização daqueles que produzem a riqueza do país.

Nesse sentido, a campanha de Hertz Dias e Vanessa Portugal busca conectar propostas como o fim da escala 6×1, a redução da jornada sem redução salarial, a reestatização dos setores estratégicos da economia, a defesa dos serviços públicos e a reindustrialização do Brasil às lutas concretas travadas pela classe trabalhadora.

Mais que uma campanha eleitoral, o PSTU procura fortalecer uma alternativa política construída junto aos trabalhadores. Afinal, como ensina a tradição marxista revolucionária, a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. E é justamente entre eles que o partido busca construir as bases para uma transformação socialista no Brasil.

PCBR anuncia apoio a Hertz para a Presidência

O PSTU saúda a decisão do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) de apoiar a candidatura de Hertz Dias à Presidência e as demais candidaturas do partido. Em nota política, o PCBR afirma que a decisão se baseia na proximidade programática e na coerência do PSTU na oposição ao governo Lula e à Frente Ampla. A resolução é um avanço diante da pressão exercida pela polarização entre a extrema direita e a frente dirigida por Lula e Alckmin. A burguesia e seus representantes procuram convencer os trabalhadores de que só existem

essas duas alternativas. Para derrotar a extrema direita, é necessário construir a mobilização independente da classe trabalhadora e dos setores oprimidos, sem depositar confiança no governo Lula, na Frente Ampla ou nas instituições do regime. Por isso, a apresentação de candidaturas socialistas e revolucionárias, independentes da burguesia e de seus governos, tem grande importância. Essa unidade não precisa se limitar apenas ao terreno eleitoral. Precisamos fortalecê-la nas lutas contra a escala 6x1, as privatizações, os ataques dos governos, a extrema direita e a repressão; na solidariedade ao povo palestino e nas batalhas da juventude, das mulheres, da população negra e das pessoas LGBTI+.

Chamamos os militantes e simpatizantes do PCBR a construir conosco uma campanha socialista, revolucionária e independente da burguesia. Sejam bem-vindos à campanha de Hertz Dias! ■



Reunião de oficialização do apoio à campanha entre representantes do PCBR e do PSTU